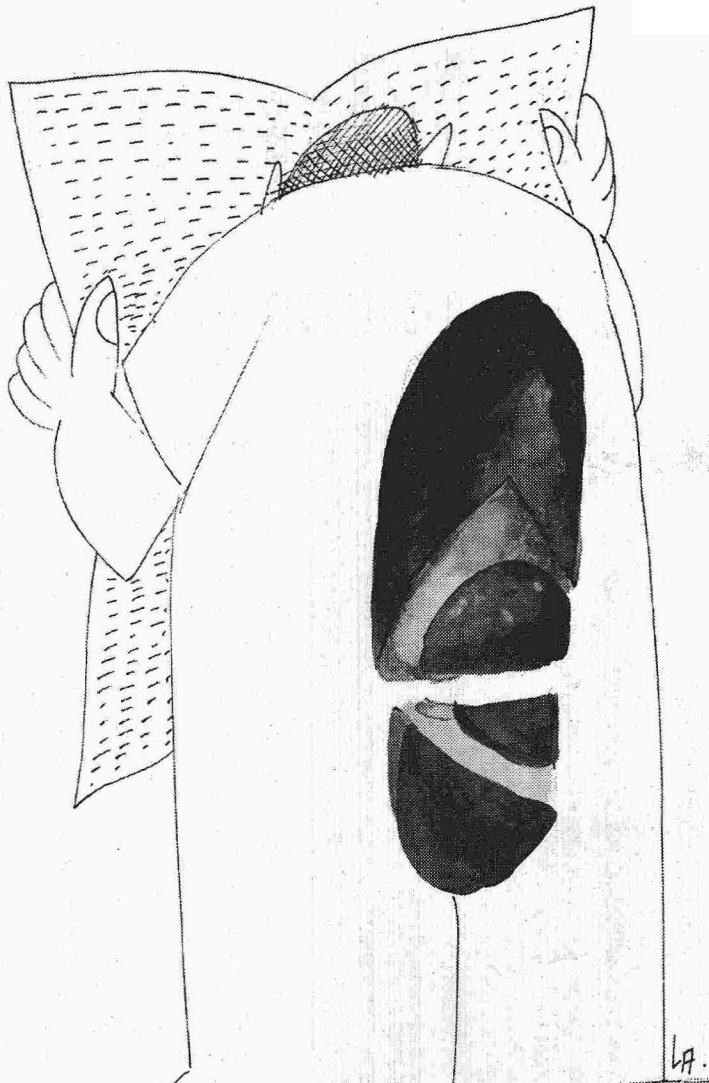




O desemprego no Brasil e nos EUA

No início da campanha presidencial a palavra de ordem era o fantasma do desemprego. A oposição, por descuido, chegou a festejar o aumento do índice de desocupados, o que, de certa forma, denotava falhas no plano econômico de Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, o comitê eleitoral do Presidente dava mostras de preocupação com o assunto, divulgando cadernos e mais cadernos com propostas mágicas para criar empregos no País, num possível segundo mandato.

Dois meses depois, esse já não é mais o preço a ser pago por uma parcela da população devido à aventura da globalização e sua vertente neoliberal ou social-democrata, conforme seja sustentada pelo PFL ou pelo PSDB. O problema agora é mais sério. Trata-se de equilibrar as contas do Governo por causa do déficit público. Trata-se de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sabendo-se de antemão quão prejudiciais serão esses empréstimos. Trata-se de cobrar mais impostos do

contribuinte. Trata-se, enfim, de salvar um modelo econômico adotado há quatro anos. Modelo que, ao basear-se na estabilidade do real e na abertura do mercado interno ao produto importado, tornando mais caras as exportações brasileiras, provocou a quebra de várias empresas e casas comerciais, acarretando conseqüentemente o desemprego.

No discurso feito na terça-feira para uma seleta platéia, no Itamaraty, o candidato-presidente Fernando Henrique disse que uma das condições indispensáveis para a criação de empregos seria colocar o déficit público sob controle. Isso porque, com o déficit, o País não cresce, e sem crescimento, não há empregos.

Pois bem. Embora seja essa a primeira vez que o Governo mostra o desemprego sem a purpurina da campanha eleitoral, o presidente Fernando Henrique, há pouco menos de um ano, não creditava muita importância ao tema. Não se percebia, no Governo, uma inquietação

maior na busca de soluções. Especialmente no que diz respeito à defesa das empresas nacionais, seus negócios e os empregos dos brasileiros.

Exemplo disso foi o que ocorreu em novembro do ano passado, quando o Jornal de Brasília publicou um série de reportagens divulgando um relatório assinado pelo ex-vice-secretário de Comércio e Negócio Internacional dos Estados Unidos, Jeffrey Garten. Esse documento, uma espécie de cartilha sobre a estratégia governamental norte-americana de lobby em concorrências internacionais, chocou os militares brasileiros porque revelava os bastidores da negociação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

No relatório, Garten dizia que, graças à interferência direta do presidente Bill Clinton junto ao então presidente Itamar Franco, intercedendo pelas firmas dos EUA, 15 mil empregos foram garantidos em território norte-americano. Se vencesse, Clinton prometia

aumentar a cooperação e expandir as relações comerciais com o Brasil. Itamar chegou a pedir uma chance para a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) numa concorrência que ocorreria em 1995, quando o Brasil esperava vender aviões Super-Tucano. A Embraer perdeu.

Três anos depois da vitória da empresa Raytheon na concorrência para a instalação do Sivam, houve pressão para que o presidente Fernando Henrique adotasse procedimento similar. Questionado em entrevista, Fernando Henrique minimizou a importância da denúncia e deixou claro que o desempenho das empresas nacionais no exterior depende só de sua competência técnica, sem nenhuma interferência do Governo brasileiro. Parte do resultado dessa política está aí - milhões de desempregados, várias indústrias falidas, uma concorrência desleal e um país à beira de um ataque de nervos, extremamente dependente do capital externo.